

Desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma IES Pública Federal: análise comparativa considerando aspectos curriculares

Guilherme Simões Belote – gbelote@hotmail.com
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Polliany Maisa Alves – alvespolliany@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Vinícius de Carvalho Venâncio – viniuscvenancio9@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Denise Mendes da Silva – denysemendes03@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo

O objetivo deste estudo é desenvolver um paralelo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal mineira considerando aspectos curriculares. Para isso, foram analisadas as médias das notas dos alunos nas diversas modalidades de ingresso na universidade, referentes às disciplinas dos três núcleos de formação do contador, segundo as diretrizes curriculares do curso: formação básica, formação profissional e formação teórico-prática, ao longo do período de 2013 a 2016. A principal contribuição desta pesquisa está atrelada à importância de identificar se existem diferenças no desempenho acadêmico dos alunos que ingressam na universidade por sistemas de cotas, na perspectiva dos aspectos curriculares. Peixoto et al. (2016) asseveram que ao verificar as diferenças em relação ao desempenho de alunos cotistas e não-cotistas, deve-se analisar as características específicas de cada curso, pois a análise dos resultados em conjunto pode ocultar elementos significativos. Assim, com esse trabalho, busca-se trazer ao foco dos debates a importância de investimentos na educação. Os resultados apontaram variações nas médias dos alunos cotistas e não-cotistas nas disciplinas dos três núcleos de formação analisados durante o período de 2013 a 2016. Portanto, é possível afirmar que existem diferenças entre o desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis na IES Pública Federal pesquisada, considerando aspectos curriculares. Os resultados também revelaram que não há um padrão de desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas no que tange aos aspectos pesquisados, ou seja, o desempenho dos dois grupos oscilam no período, não permitindo afirmar qual grupo tem efetivamente o melhor desempenho. Adicionalmente, o turno de estudo parece ser uma variável importante para explicar as variações de desempenho dos dois grupos.

Palavras-chave: Cotas; Contabilidade; Currículo; Núcleos de Formação.

1. Introdução

De acordo com Griner et al. (2013), a educação é a base do desenvolvimento tecnológico de um país e as desigualdades existentes no ingresso nas universidades públicas é algo inerente a esse processo. Para Moehlecke (2002) a reserva de vagas reduz as desigualdades sócio demográficas e promove a igualdade entre os grupos. Por sua vez, Velloso (2009) afirma que as cotas de exames de seleção nas universidades surgiram no ano de 2003. A princípio, essas cotas destinavam-se aos egressos de escolas públicas, sendo que no interior destas havia vagas exclusivas para negros e indígenas. Um ano depois, esse sistema foi implantado na Universidade de Brasília. No decorrer dos anos, a reserva de vagas estendeu-se no país.

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, regulamentou a distribuição das matrículas de universidades e institutos federais, destinando 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas no período integral do ensino médio. As cotas têm tido muita repercussão desde sua criação, devido às suas vantagens e desvantagens. Segundo Velloso (2009), uma das críticas refere-se às deficiências na formação escolar dos cotistas, que se tornam prejudiciais quanto à qualidade do ensino nas universidades. Contudo, tal argumento não tem se apoiado em dados referentes ao rendimento dos alunos em várias universidades (VELLOSO, 2009; GRINER et al., 2013; QUEIROZ et al., 2015; MIRANDA; ANDRADE; LIMA, 2017).

Seguindo essa perspectiva, é relevante destacar a questão das cotas, as quais são um resultado de uma luta social do meio educacional. Além disso, “a Teoria da Justiça de Rawls estabelece que uma sociedade justa deve permitir que os menos favorecidos tenham acesso às vantagens da cooperação social” (CAMPOS et al., 2017, p. 1).

Dentre os estudos sobre ações afirmativas e o desempenho acadêmico de cotistas e não-cotistas, ainda são pouco encontrados os que abordam tal circunstância em cursos da área de negócios, notadamente, no curso de Ciências Contábeis. Como exemplos, tem-se os estudos de Lopes et al. (2010), que avaliaram o desempenho acadêmico dos alunos do curso de Ciências Contábeis pela forma de ingresso na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), de Campos et al. (2017), que relacionaram ações afirmativas com evasão na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e de Miranda, Andrade e Lima (2017), que analisaram o programa de inclusão da Universidade de São Paulo (USP) referente ao curso de Economia Empresarial e Controladoria. De acordo com o último censo da educação superior, referente ao ano de 2016, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (INEP, 2018) os três maiores cursos em número de matrículas são Administração, Direito e Pedagogia. Em seguida, aparecem Engenharia Civil e Ciências Contábeis. Estes cursos estão entre os 10 que concentram 51% das matrículas do país, conforme os dados do INEP.

Outro ponto é que os estudos tratam os dados de desempenho de cotistas e não-cotistas das universidades de modo agregado, outras vezes avaliando por grandes áreas do conhecimento e considerando aspectos socioeconômicos (Velloso, 2009; Griner et al., 2013; Queiroz, 2015; Peixoto et al., 2016) e não aspectos de formação específicos, o que poderia trazer novas conclusões acerca do assunto. A partir da necessidade de continuidade das discussões a respeito do rendimento de alunos cotistas e não-cotistas nas universidades brasileiras, pelos motivos expostos, e a escassez de estudos nessa temática no âmbito dos cursos de Ciências Contábeis, dada a importância deste, pelo elevado número de matrículas, o objetivo desta pesquisa é desenvolver um paralelo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal mineira considerando aspectos curriculares. Para isso, foram analisadas as médias das notas dos alunos nas diversas modalidades de ingresso na universidade, referentes às disciplinas dos três

núcleos de formação do contador, segundo as diretrizes curriculares do curso: formação básica, formação profissional e formação teórico-prática, ao longo do período de 2013 a 2016.

A principal contribuição desta pesquisa está atrelada à importância de identificar se existem diferenças no desempenho acadêmico dos alunos que ingressam na universidade por sistemas de cotas, na perspectiva dos aspectos curriculares. Peixoto et al. (2016) asseveram que ao verificar as diferenças em relação ao desempenho de alunos cotistas e não-cotistas, deve-se analisar as características específicas de cada curso, pois a análise dos resultados em conjunto pode ocultar elementos significativos. Adicionalmente, contribui para a continuidade das discussões relativas ao sistema de cotas, com foco na inclusão social e no desenvolvimento econômico do país. Assim, com esse trabalho, busca-se trazer ao foco dos debates a importância de investimentos na educação, a exemplo de Griner et al. (2013) que, com objetivo similar, concluiu que é preciso investir na educação de base para garantir aos estudantes universitários uma equidade intelectual.

2. Revisão da literatura

2.1 Aspectos legais do ingresso no ensino superior por meio das cotas

Para o desenvolvimento social é premente um sistema forte de educação, pois a importância do ensino superior mostra-se crescente e é com ele que se reduzem as desigualdades. Porém, o ensino superior ainda é considerado restrito a uma pequena parcela da população. Verifica-se uma desigualdade entre os alunos ingressantes nas universidades, devido a razões históricas e ao desenvolvimento de políticas educacionais pouco eficientes no Brasil. No geral, o aluno de escola pública tem mais dificuldade em ter acesso a uma universidade pública em comparação com o da escola privada (GRINER et al., 2013). Logo, as universidades brasileiras devem assumir posições que promovam a reflexão e a ação em favor de uma sociedade mais justa, o que se coloca em contramão às tendências de solidificação das desigualdades. Por isso a importância de investir no ensino, pesquisa e extensão, cabendo às universidades formar profissionais críticos e capacitados para mudar esse cenário (CORBUCCI, 2007).

Até os anos 90 o Brasil se conformava com um ensino superior que pertencia só a estudantes das classes altas da população. Segundo Santos (2012) o marco determinante para a adoção de políticas afirmativas no Brasil foi quando, na conferência de Durban em 2001, o estado brasileiro reconheceu as consequências do racismo e a necessidade de medidas para diminuir esses efeitos. A marginalização de segmentos excluídos requer políticas públicas de inclusão social (BEZERRA; GURGEL, 2011). Como resultado, surgiram as cotas ou reservas de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES).

As IES públicas vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) aderiram às cotas a partir do ano de 2012, depois de sancionada a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo decreto nº 7.824/2012. Conforme esses dispositivos legais, para cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, essas instituições devem reservar 50% das suas vagas, por curso e turno, para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Adicionalmente, metade dessas vagas (25%) são destinadas para estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e a outra metade (25%) para estudantes com renda igual ou superior a 1,5 salários-mínimos.

Além disso, essas vagas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual a essas etnias na população da unidade de federação da instituição de ensino, de acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após a data de publicação da referida Lei, as instituições foram obrigadas a implantar no mínimo 25% das reservas previstas, a cada ano, estabelecendo um prazo de 4 anos para seu cumprimento integral.

De acordo com o decreto nº 7.824/12, os resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem ser utilizados para ingresso nas IES federais. A seleção dos estudantes de graduação para instituições públicas e gratuitas é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). Instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2 de 2010, o SISU utiliza exclusivamente os resultados obtidos por meio do ENEM. Dessa forma, além da inclusão dos beneficiários das políticas de ações afirmativas, a Lei de Cotas busca corrigir a ineficiência da educação básica causada pelo estado. Em linha com Santos (2012) a Lei busca dar acesso aos grupos economicamente excluídos e fazer uma reparação histórica aos grupos étnicos, das consequências do racismo e da falta de direito dos povos indígenas.

Em 2016 foi promulgada a Lei 13.409, que inclui as pessoas com deficiência no programa de cotas de instituições federais de ensino superior, que também será regida pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do IBGE.

A IES alvo dessa pesquisa reconheceu as cotas a partir de 2012. Nos anos de 2013 e 2014, a instituição reservou 25% das vagas para as cotas. A partir do ano letivo de 2015, a universidade adotou integralmente o cumprimento da Lei nº 12.711/2012.

2.2 Desempenho Acadêmico e as Cotas

De acordo com Miranda et al. (2015) os estudos que avaliam as variáveis que afetam o desempenho acadêmico as dividem em três grupos: (i) relacionadas ao corpo docente; (ii) relacionadas à instituição; e (iii) relacionadas ao corpo discente. Dos 52 artigos que os mencionados autores analisaram acerca do desempenho acadêmico, o conhecimento anterior do aluno foi o que apareceu com maior frequência, apresentando um grau de significância maior em diferentes partes do mundo. Logo, o aluno que tem bom desempenho durante o ensino médio, terá um bom desempenho no ensino superior, ou, aquele que tem um bom desempenho no início do curso superior, provavelmente terá um bom desempenho durante o curso todo (MIRANDA et al., 2015). Assim, essa análise reforça a importância de se investir na educação básica para melhorar o sistema educacional, preparando os alunos para uma melhor formação profissional (MIRANDA et al., 2015).

Nessa mesma perspectiva, Andrade e Corrar (2007) buscaram avaliar os fatores de ordem acadêmica, econômica e demográfica que influenciam o desempenho dos estudantes. Estes autores encontraram que quando existe diferença na renda das famílias, a probabilidade do desempenho acadêmico ter diferenças entre os alunos aumenta. Nesse sentido, os estudantes com renda familiar menor obterão um desempenho inferior aos que têm renda maior. Griner et al. (2013) complementam que a maioria dos alunos em que a família tem rendimento superior a 10 salários mínimos, de modo geral, tem nota final superior a 600 pontos no ENEM, pois esses estudantes apresentam melhores possibilidades de obter uma boa educação básica e, conseqüentemente, maior nota no vestibular. Além disso, Griner et al. (2013), que buscaram verificar o impacto que algumas variáveis socioeconômicas exercem no desempenho dos candidatos à universidade federal, fizeram uma análise comparativa entre os argumentos dos alunos que se consideram brancos ou negros e observaram que as diferenças étnicas são aparentemente insignificantes, o que pode justificar o fato de algumas universidades não utilizarem as cotas raciais.

Em relação à realidade socioeconômica e as cotas, Peixoto et al. (2016) afirmam que muitos dos cotistas vêm de uma realidade socioeconômica precária, morando longe das universidades e muitos ainda tendo que trabalhar para ajudar a família. Essas condições dificultam a permanência deles nas universidades, muitas vezes precisando de auxílio. Ademais, os estudantes têm que lidar com horários inadequados de funcionamento de órgãos administrativos e bibliotecas, pouco acesso à material de estudo atualizado ou horários de trabalho que não batem com o das universidades. Peixoto et al. (2016) também concordam

que a qualidade da escola pública é uma das principais explicações para o baixo rendimento dos alunos no ensino superior em relação aos não-cotistas. Portanto, a inclusão é o objetivo principal para as minorias assumirem mais espaço profissional e status econômico, conforme Peixoto et al. (2016).

Em seu estudo Bezerra e Gurgel (2011) compararam o desempenho no vestibular com o desempenho no decorrer de sete cursos da Universidade Estadual do Rio Janeiro e concluíram que os estudantes cotistas superaram suas deficiências curriculares iniciais, demonstradas pelos resultados do vestibular, e tiveram um desenvolvimento nas disciplinas semelhante aos alunos não-cotistas. Nesse sentido, Griner et al. (2013) verificaram que os alunos cotistas, nos últimos cinco anos, com o aumento das inclusões, tendem a uma estabilidade em seus rendimentos, não parecendo haver desnível entre os alunos. Porém, tendo em vista o sistema de cotas ser uma política social emergencial, é preciso que haja investimento na educação de base, permitindo igualdade entre os alunos independente de sua origem.

Especificamente quanto a ações afirmativas e ao desempenho de cotistas e não-cotistas em cursos na área de negócios, encontram-se os estudos de Campos et al. (2017), Lopes et al. (2010) e Miranda, Andrade e Lima (2017). A principal conclusão de Campos et al. (2017) é que não foram encontradas diferenças estatísticas entre as taxas de evasão dos ingressantes das áreas de Negócios e de Ciências Contábeis por meio de ampla concorrência e de cotas, sugerindo que as ações afirmativas não afetam significativamente as taxas de evasão. Por esse mesmo prisma, mas analisando os subgrupos de cotistas dentro do curso de Ciências Contábeis, Lopes et al. (2010), observaram que o subgrupo que apresentou melhor trajetória acadêmica foi o dos egressos de escola pública, carentes, com maior índice de conclusão do curso, enquanto a categoria afrodescendente, carente, apresentou o menor índice de conclusão e maiores índices de permanência prolongada e de evasão. Por fim, Miranda, Andrade e Lima (2017), ao analisar as médias dos alunos e devidas aprovações do primeiro ano do curso de Economia Empresarial e Controladoria da USP, apontam que na grande maioria das disciplinas não há diferenciação de desempenho entre alunos participantes e não participantes do programa Inclusp e que diferenças são percebidas em poucas disciplinas, notadamente naquelas que envolvem conteúdos de métodos quantitativos.

Tendo em vista essas conclusões, apresenta-se a seguinte hipótese para o presente estudo:

H1: não existem diferenças entre o desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma IES Pública Federal, considerando aspectos curriculares.

Com isso, na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, que possibilitarão atingir o objetivo proposto e analisar a hipótese levantada.

3. Metodologia

Para realização dessa pesquisa foram desenvolvidas as seguintes etapas: 1) levantamento dos alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis; 2) levantamento dos alunos cotistas; 3) agrupamento dos alunos do curso em cotistas e não-cotistas; 4) análise e comparação do desempenho dos grupos de alunos.

Na primeira etapa, a coleta de dados se deu junto à Pró-reitoria de Graduação da IES, no mês de abril/2017, após a autorização e solicitação por parte da coordenação do curso de Ciências Contábeis. Na IES alvo do estudo, a oferta de vagas é realizada a partir do vestibular e pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), distribuindo-as em cinco modalidades, delimitadas quanto à raça e à renda per capita dos interessados, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Com os dados em mãos, foi possível separar os alunos em grupos de acordo com as modalidades descritas no Quadro 1, cumprindo-se as etapas 2 e 3. O período considerado para análise foi do ano de 2013, no qual o sistema de quotas já estava em vigor e já havia dados

referentes ao desempenho dos alunos no banco obtido junto à Prograd, até o ano de 2016, último com informações disponíveis na época da pesquisa (abril/2017).

Formas de ingresso	Descrição
Modalidade 1	Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas e que se declararem pretos, pardos ou indígenas e que tenham renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.
Modalidade 2	Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, mas que não se declararem pretos, pardos ou indígenas, e que tenham renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.
Modalidade 3	Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas e que se declararem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda.
Modalidade 4	Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, mas que não se declararem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda.
Modalidade 5	Ampla concorrência e outras formas de ingresso (mobilidade, transferências etc.)

Quadro 1 – Formas de ingresso na IES
Fonte: adaptado de Campos et al. (2017)

Na análise e comparação do desempenho dos alunos (etapa 4), foram consideradas as médias das notas dos alunos, em cada disciplina, por núcleo de formação, conforme as diretrizes nacionais curriculares do curso de graduação em Ciências Contábeis do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES), Resolução nº 10 CNE/CES/2004. Dessa forma, a variável desempenho é mensurada pelas notas médias das disciplinas, conforme o currículo do curso analisado, que está estruturado a partir dos 3 núcleos abaixo relacionados:

- Núcleo de Formação Básica, com 930 horas/aula;
- Núcleo de Formação Profissional, com 1.350 horas/aula;
- Núcleo de Formação Teórico-Prática, com 720 horas/aula.

As cargas horárias de cada núcleo de formação, bem como as disciplinas que os compõem foram obtidas no projeto pedagógico do curso. As notas dos alunos em cada disciplina variam de 0 a 100, sendo 60 a nota mínima de aprovação. Foram consideradas na análise as disciplinas ofertadas regularmente (todo semestre) no curso no período em questão, ou seja, as disciplinas obrigatórias, ficando fora as disciplinas optativas, visto que a ausência de informações, pela não oferta regular da disciplina, poderia comprometer a comparabilidade dos dados.

Na etapa 4, foi, então, realizada uma comparação entre o desempenho de alunos cotistas e não-cotistas a partir da análise das notas médias (\bar{x}) em disciplinas consideradas por núcleos de formação do curso de Ciências Contábeis, segundo seu projeto pedagógico, construído a partir das diretrizes da Resolução CNE/CES nº 10/2004. Para melhor entendimento, analisou-se o desempenho dos alunos a cada ano, segregando entre períodos (integral e noturno), além de mesclar estes resultados no contexto geral. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e descritiva, com abordagem quantitativa.

4. Análise dos resultados

4.1 Núcleo de Formação Básica

De acordo com o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis da IES estudada, o núcleo de formação básica é composto por conteúdos interdisciplinares capazes de incorporar conhecimentos de diversas áreas na formação do contador. Sendo assim, as disciplinas componentes desse núcleo são: Administração de Operações, Administração Financeira 1, Administração Financeira 2, Contabilidade Nacional, Estatística, Ética e Responsabilidade Social, Fundamentos de Direito, Fundamentos de Economia, Fundamentos de Matemática, Gestão de Marketing, Gestão Empresarial, Legislação Previdenciária, Legislação Trabalhista, Liderança e Comportamento Organizacional, Matemática Financeira, Metodologia de Pesquisa Aplicada à Contabilidade e Sistemas Administrativos.

As médias dos alunos, agrupados nas modalidades de cotas (1 a 4) e na modalidade de não-cotistas (modalidade 5), conforme o Quadro 1 apresentado na seção 3, são demonstradas na Tabela 1, em contexto de desempenho geral e por turno (integral e noturno) do curso.

TABELA 1 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação básica

Modalidades		Notas Médias			
		2013	2014	2015	2016
Geral	Modalidades 1,2,3 e 4	69,86	64,44	73,18	66,17
	Modalidade 5	73,63	60,98	67,15	73,03
Integral	Modalidades 1,2,3 e 4	65,42	61,11	79,67	66,55
	Modalidade 5	78,67	55,76	75,23	77,80
Noturno	Modalidades 1,2,3 e 4	69,86	68,26	65,61	65,72
	Modalidade 5	73,63	67,73	56,32	66,23

Ao analisar o desempenho dos alunos no núcleo de formação básica ao longo do período, observa-se uma instabilidade no rendimento de alunos cotistas, alternando em quedas e aumentos de médias, enquanto os alunos não-cotistas, tiveram decréscimo do desempenho entre 2013 e 2014 e apresentaram aumento de médias de 2015 para 2016. Essas variações podem ser melhor visualizadas no Gráfico 1.

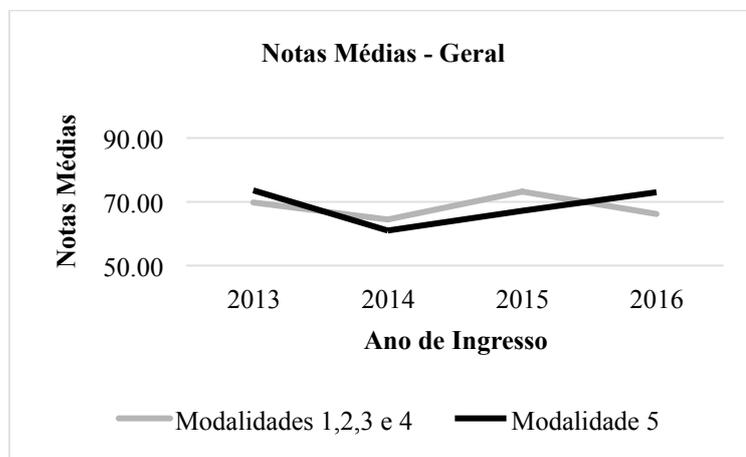


GRÁFICO 1 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação básica no período

Especificamente quanto às diferenças observadas no desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas no núcleo de formação básica, verifica-se médias inferiores dos não-cotistas em 2014 e 2015. Isso até poderia sinalizar uma tendência dos desempenhos dos dois grupos de alunos se equilibrarem ou se equivalerem, mas não foi o que ocorreu, pois os desempenhos dos alunos foram oscilantes no período, contrariando, neste aspecto, os estudos de Bezerra e Gurgel (2011) e Griner et al. (2013). Na tentativa de explorar melhor os resultados, adicionou-se a variável turno às análises e no Gráfico 2 tem-se uma visão do desempenho dos alunos do turno integral.

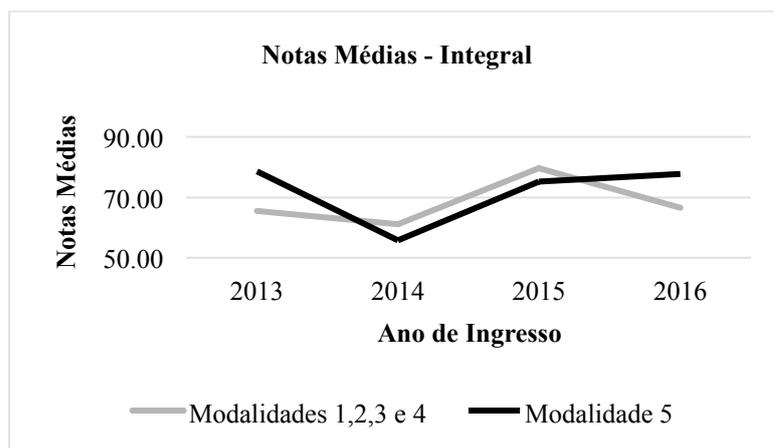


GRÁFICO 2 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação básica turno integral

No turno integral, observou-se a mesma alternância no *ranking* de modalidades, sendo que em dois anos o rendimento de cotistas foi superior e dois em que os não-cotistas tiveram melhor aproveitamento nas disciplinas do núcleo de formação básica. Contudo, as discrepâncias de 2013 e 2016 foram elevadas, justamente nos períodos em que a Modalidade 5 teve melhor rendimento. Quanto ao desempenho dos alunos do noturno, apresenta-se o Gráfico 3.

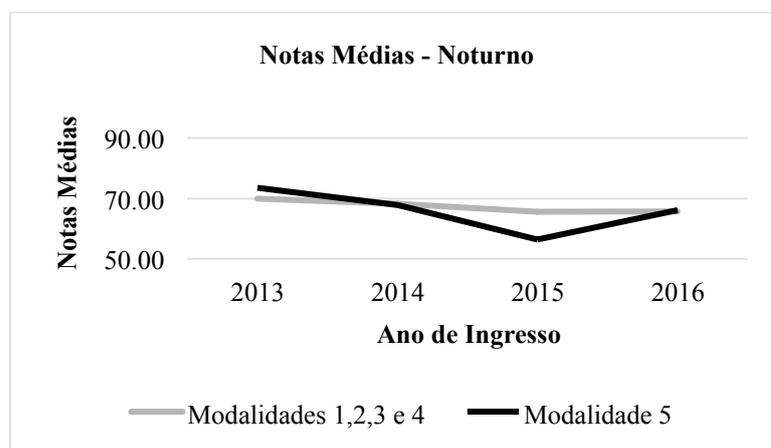


GRÁFICO 3 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação básica turno noturno

Como pode-se observar, ao analisar de maneira separada o rendimento dos alunos por turnos, integral e noturno, verifica-se queda mais acentuada no desempenho de alunos não-cotistas do noturno, e maior estabilidade no desempenho dos cotistas. Além disso, note-se uma queda constante nas notas médias de cotistas ao longo dos anos. Isso denota que o turno em que o aluno estuda pode, também, influenciar seu desempenho, embora essa variável não tenha sido abordada nos estudos anteriores aqui mencionados.

Portanto, se analisarmos a hipótese de estudo (H1) considerando os aspectos curriculares de formação básica, a mesma é rejeitada, tendo em vista que existem diferenças entre o

desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis da IES Pública Federal em foco.

4.2 Núcleo de Formação Profissional

Em linha com a Resolução CNE/CES nº 10/2004, o núcleo de formação profissional abrange conteúdos específicos da contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares aos setores público e privado.

Dessa forma, no projeto pedagógico do curso estudado, integram o núcleo de formação profissional as seguintes disciplinas: Análise das Demonstrações Contábeis, Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade Atuarial, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos 1, Contabilidade de Custos 2, Contabilidade e Orçamento Público, Contabilidade Intermediária 1, Contabilidade Intermediária 2, Contabilidade Internacional, Contabilidade Introdutória 1, Contabilidade Introdutória 2, Controladoria, História do Pensamento Contábil, Legislação e Contabilidade Comercial, Legislação e Contabilidade Tributária 1, Legislação e Contabilidade Tributária 2, Perícia Contábil e Arbitragem, Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial, Teoria da Contabilidade, Tópicos de Legislação Tributária. Partindo desse aspecto, foram obtidos os resultados demonstrados na Tabela 2:

TABELA 2 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação profissional

Modalidades		Notas Médias			
		2013	2014	2015	2016
Geral	Modalidades 1,2,3 e 4	68,45	66,16	77,65	76,79
	Modalidade 5	76,54	66,22	69,51	76,51
Integral	Modalidades 1,2,3 e 4	65,70	65,59	82,37	77,25
	Modalidade 5	83,54	62,11	77,11	82,96
Noturno	Modalidades 1,2,3 e 4	70,99	66,79	71,85	76,24
	Modalidade 5	69,50	69,69	56,77	69,13

Assim como ocorreu no núcleo de formação básica, o desempenho dos cotistas (modalidades 1 a 4) e não-cotistas (modalidade 5) nas disciplinas que integram o núcleo de formação profissional variou nos anos estudados, porém com uma variação maior apenas nos anos de 2013, no qual o desempenho médio dos não-cotistas superou o desempenho médio dos cotistas em pouco mais de 8 pontos, e de 2015, ano em que o desempenho dos cotistas foi superior também em pouco mais de 8 pontos. Em 2014 e 2016 as diferenças são mínimas, indo ao encontro dos estudos de Velloso (2009), Griner et al. (2013), Queiroz et al. (2015) e Miranda, Andrade e Lima (2017). O Gráfico 4 permite uma melhor visualização dessas variações.

No entanto, ao fazer as comparações de desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação profissional por turno (integral e noturno), as variações são mais expressivas, como pode ser verificado na Tabela 2. Veja-se que no turno integral no ano de 2013, os alunos não-cotistas tiveram um desempenho médio que superou o desempenho dos cotistas em 17,84 pontos. O comportamento do desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas do turno integral no núcleo de formação profissional pode ser acompanhado no Gráfico 5.

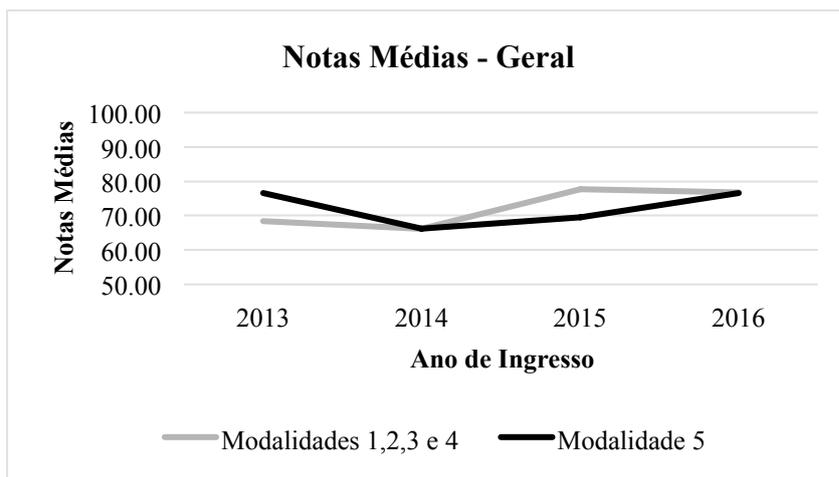


GRÁFICO 4 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação profissional no período

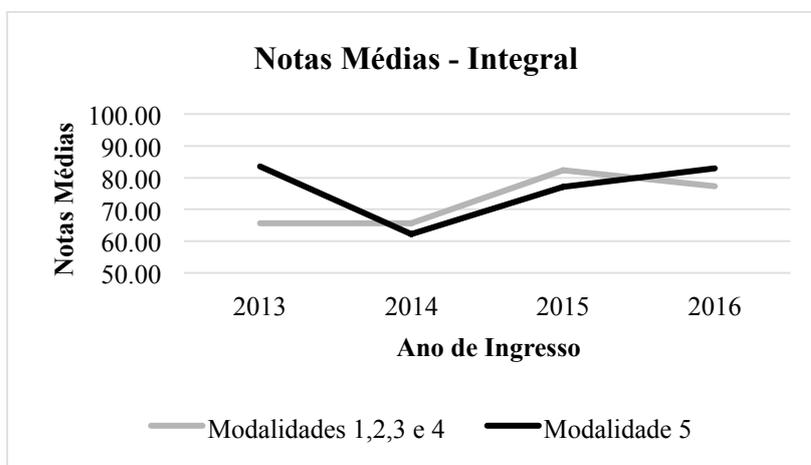


GRÁFICO 5 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação profissional turno integral

Como mostrado no Gráfico 5, o pico de variação de desempenho de cotistas e não-cotistas ocorre, no núcleo de formação profissional, apenas no ano de 2013. Nos últimos 3 anos, os desempenhos dos alunos seguem com variações menores, porém, com tendências distintas. O desempenho dos cotistas assume movimentos de estabilidade, crescimento e decréscimo ao passo que o desempenho dos não-cotistas, após uma queda em 2014, segue uma linha de melhora. No Gráfico 6, observa-se o desempenho dos alunos do noturno.

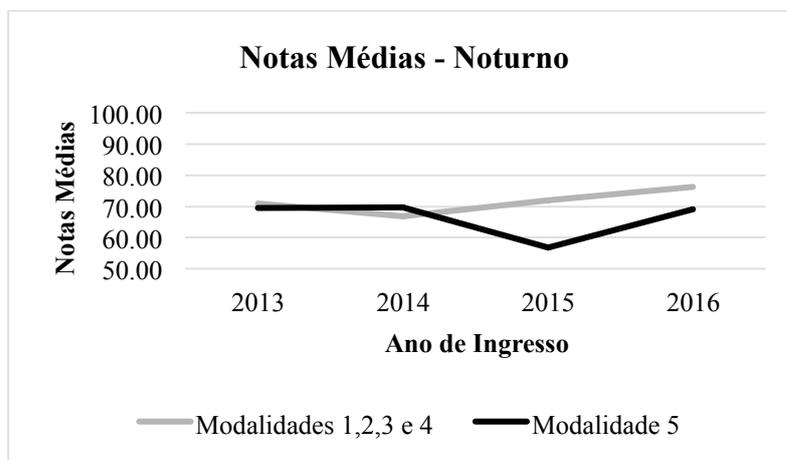


GRÁFICO 6 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação profissional turno noturno

No período noturno, nota-se um pico negativo no ano de 2015 pelos não-cotistas, diferentemente dos cotistas, que apresentaram rendimento 15 pontos favoráveis em relação ao grupo de alunos que ingressaram pela modalidade 5. Sendo assim, não se encontra um padrão nos resultados do núcleo, seja de maneira geral ou segregada entre os turnos, mas os desempenhos de cotistas e não-cotistas são diferentes.

Nessa mesma linha, se analisarmos a hipótese de estudo (H1) considerando os aspectos curriculares de formação profissional, a mesma também é rejeitada, tendo em vista que existem diferenças entre o desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis da IES Pública Federal pesquisada.

4.3 Núcleo de Formação Teórico-Prática

Finalmente, passa-se à análise do desempenho dos cotistas e não-cotistas sob o aspecto do núcleo de formação teórico-prática que, pela Resolução CNE/CES nº 10/2004, envolve Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade. De acordo com o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis em estudo, as disciplinas abrangidas pelo núcleo de formação teórico-prática são: Informática aplicada à Contabilidade, Laboratório Contábil 1 e 2, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 1, 2 e 3, atividades complementares e cinco disciplinas optativas. Na Tabela 3 são apresentados os resultados referentes a este núcleo de formação.

TABELA 3 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação teórico-prática

Modalidades		Notas Médias			
		2013	2014	2015	2016
Geral	Modalidades 1,2,3 e 4	76,55	70,82	78,03	81,71
	Modalidade 5	80,91	70,38	73,62	78,37
Integral	Modalidades 1,2,3 e 4	83,40	61,88	81,67	79,74
	Modalidade 5	83,95	80,60	77,50	91,18
Noturno	Modalidades 1,2,3 e 4	73,29	78,78	74,39	84,06
	Modalidade 5	76,35	64,00	68,85	66,28

Ressalta-se que, por não haver métricas compatíveis para análise, não foram comparados o desempenho dos alunos nas atividades complementares e nas disciplinas optativas.

Como se observa na Tabela 3, a exemplo do que ocorreu no núcleo de formação profissional, o desempenho dos não-cotistas (modalidade 5) foi superior ao dos cotistas (modalidades 1 a 4) somente no ano de 2013. No contexto geral, o desempenho médio dos alunos cotistas e não-cotistas no núcleo de formação teórico-prática foi o que apresentou as menores variações, conforme pode ser melhor observado no Gráfico 7.

Comparando os desempenhos médios por turno, encontrou-se grandes variações entre o desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas no turno integral em que, no ano de 2014, o desempenho dos não-cotistas superou em quase 20 pontos o desempenho dos cotistas e, em 2016, superou em mais de 11 pontos. Entretanto, isso não reflete uma grande melhora no desempenho dos não-cotistas, mas sim, um baixo rendimento dos cotistas nos anos mencionados. Tais resultados contrariam o estudo de Velloso et al. (2009), podendo ocasionar

críticas ao sistema de cotas, devido ao baixo desempenho dos alunos cotistas. Esse comportamento pode ser mais bem visualizado no Gráfico 8.

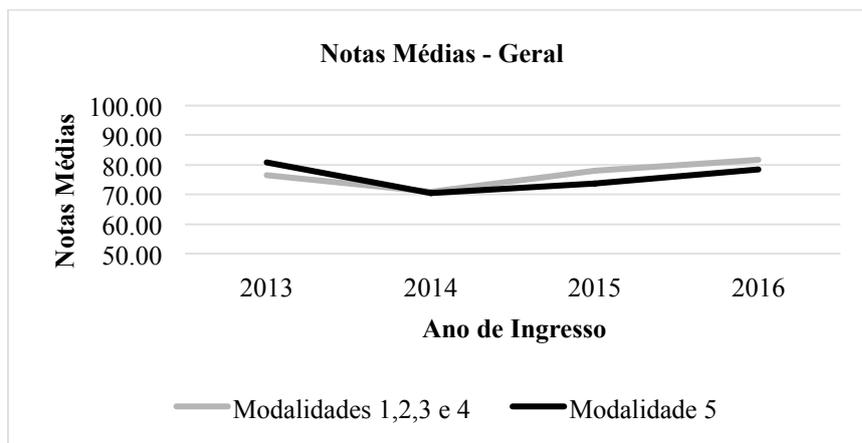


GRÁFICO 7 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação teórico-prática no período

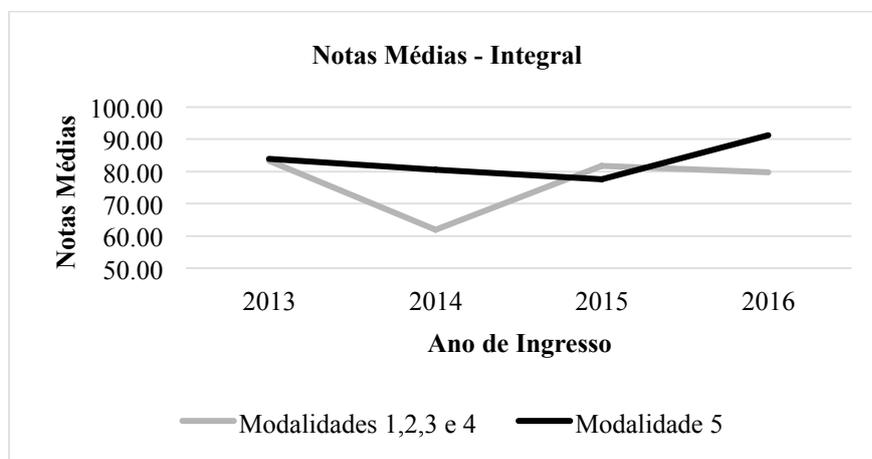


GRÁFICO 8 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação teórico-prática turno integral

Isso não ocorre com os alunos do noturno, conforme os resultados da Tabela 3. Verifica-se que as médias dos alunos não-cotistas são maiores que as médias dos alunos cotistas somente no ano de 2013 e em apenas 3 pontos. Portanto, de forma mais acentuada, aparecem, no núcleo de formação teórico-prática, diferenças entre o desempenho de cotistas e não-cotistas ao se considerar os turnos de estudo. No Gráfico 9 é possível observar o comportamento do desempenho dos alunos do noturno.

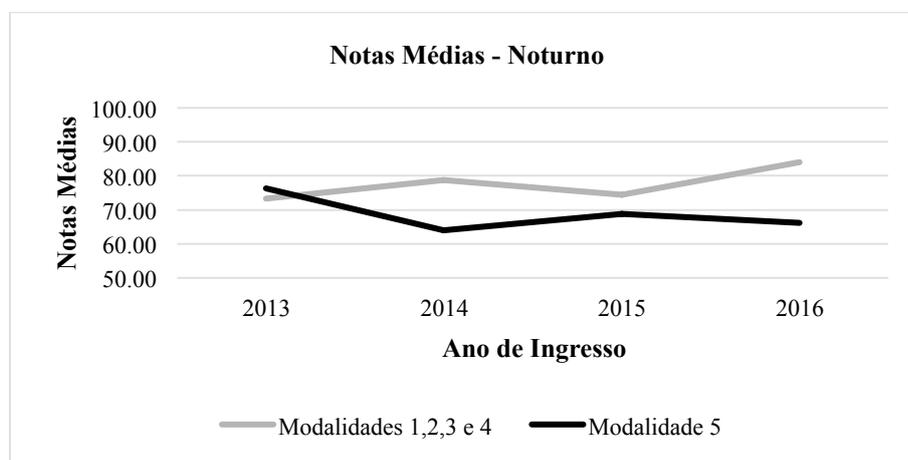


GRÁFICO 9 – Desempenho de cotistas e não-cotistas no núcleo de formação teórico-prática turno noturno

Os resultados obtidos quanto ao desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis no núcleo de formação teórico-prática também implicam na rejeição da hipótese de estudo (H1), visto que existem diferenças entre o desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis da IES Pública Federal pesquisada nesse âmbito. Essa circunstância reflete na necessidade da continuidade dos estudos nessa temática, a fim de explorar mais os aspectos que podem influenciar o desempenho desses grupos de alunos.

5. Conclusão

Este estudo se propôs a desenvolver um paralelo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal mineira considerando aspectos curriculares, dada a escassez de estudos anteriores sobre a temática de cotas relacionados especificamente a cursos da área de negócios, notadamente, de Ciências Contábeis. Também se considerou relevante analisar o desempenho dos alunos pela perspectiva de aspectos curriculares, de modo a acrescentar à literatura mais conclusões no que tange ao assunto de desempenho acadêmico de cotistas e não-cotistas.

Os resultados revelaram variações no desempenho dos alunos ao longo do período estudado nos três núcleos de formação do contador: formação básica, formação profissional e formação teórico-prática. Em outras palavras, verificou-se que o desempenho dos alunos cotistas e não-cotistas pode ser significativamente diferente ao se considerar as médias das notas das diferentes disciplinas que compõem os núcleos de formação. Essas diferenças acentuam-se quando as comparações de desempenho são feitas por turno de estudo (integral e noturno).

Possíveis explicações para esses resultados podem estar atreladas a diversos fatores, tais como, *background* do aluno, fatores sócio demográficos, situação financeira, todos estes relativos ao próprio aluno e bem característicos dos grupos analisados, por envolver alunos ingressantes nas diversas modalidades de cotas. Além disso, outros fatores, vinculados à instituição de ensino e ao corpo docente das instituições podem afetar o desempenho acadêmico, conforme alertaram, por exemplo, Andrade e Corrar (2007) e Miranda et al. (2015). A questão do turno de estudo também parece ser um fator de explicação para o desempenho dos grupos de alunos cotistas e não-cotistas analisados, porém, no contexto deste trabalho, somente esta variável não permite uma afirmação de qual turno de estudo seria mais favorável ao bom desempenho dos alunos. Isso requer uma exploração maior dos dados, o que pode ser feito na continuidade da pesquisa.

Em linhas gerais, embora tenha se verificado diferenças entre o desempenho acadêmico dos alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis da IES analisada no período de 2013 a 2016, não foi encontrado um padrão de desempenho. De outro modo, não é possível afirmar, apenas com base nos resultados deste estudo, que o desempenho de um grupo é melhor do que o desempenho de outro grupo. Contudo, a continuidade do estudo nesta linha de raciocínio, com os aperfeiçoamentos metodológicos necessários poderá ampliar ainda mais as conclusões e trazer à luz novos aspectos que possam suportar ou não a existência e/ou a manutenção do sistema de cotas nas universidades.

Adicionalmente, os resultados aqui apresentados podem auxiliar as IES no planejamento de ações para melhorar o desempenho dos alunos como um todo, focando conteúdos curriculares com maior fragilidade de rendimento e buscando ofertar melhores condições de estudo para os alunos de diferentes turnos, como, por exemplo, horário estendido de bibliotecas, horários diferenciados de apoio pedagógico (atividades extra classe, monitorias), reforço nos programas assistenciais etc.

Referências

ANDRADE, J. X.; CORRAR, L. J. Condicionantes do desempenho dos estudantes de contabilidade: evidências empíricas de natureza acadêmica, demográfica e econômica. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 62-74, set./dez. 2007.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Sustainable Business**, n. 9, p. 1-22, ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2**, de 26 de janeiro de 2012. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

CAMPOS, L. C. et al. Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 27-42, jan./abr.2017.

CORBUCCI, P. R. Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2007. **Texto para discussão nº 1287**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4846>. Acesso em: 19 maio de 2017.

INEP. **Sinopses estatísticas da educação superior** (atualizado em 04.04.2018). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

GRINER, A. et al. Políticas de cotas: desempenho acadêmico e determinantes de acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, p. 166-185, jan./jun. 2013.

LOPES, M. A. S. et al. Análise do desempenho acadêmico dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES pela forma de ingresso: cotistas e não-cotistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte/MG, 2010.

MIRANDA, G. J. et al. Determinantes do Desempenho Acadêmico na Área de Negócios. **Meta: Avaliação**, v. 7, n. 20, p. 175-209, mai./ago. 2015.

MIRANDA, C. S.; ABDRADE, F. P.; LIMA, J. P. R. Alunos oriundos de ações afirmativas tem rendimento acadêmico inferior? In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília/DF, 2017.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 117, n. 11, p. 197-217, nov. 2002.

PEIXOTO, A. L. A. et al. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 569-591, jul. 2016.

QUEIROZ, Z. C. L. S. et al. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, v. 96, n. 243, p. 299-320, maio/ago. 2015.

SANTOS, J. T. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 234, p. 401-422, 2012.

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 621-644, 2009.